

GuiaDosBancos

Responsáveis

Uma análise das políticas e diretrizes socioambientais e climáticas dos oito maiores bancos do Brasil

| SUMÁRIO EXECUTIVO |

NOVEMBRO/2024

Realização:



FICHA TÉCNICA

Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)

Institucional

Diretoria Executiva:

Igor Rodrigues Britto

Gerência de Comunicação e Engajamento:

Cláudia Focking

Gerência de Desenvolvimento Organizacional:

Marina Nascimento

Gerência Jurídica:

Christian Printes

Gerência de Marketing e Relacionamento:

Carla Yue

Gerência de Políticas:

Renato Barreto

Autoria:

Julia Catão Dias

Karina Feliciano

Revisão e Contribuições:

Giovanna Valentim (Conectas Direitos Humanos)

João Godoy (Conectas Direitos Humanos)

Karina Rie Ishida (Proteção Animal Mundial)

Natália Pollachi (Instituto Sou da Paz)

Ravenna Alves (Oxfam Brasil)

Comunicação, Marketing e Assessoria de Imprensa:

Luive Osiano (Idec)

Fernando Gentil (Idec)

Jéssika Elizandra (Idec)

Karina Oliveira (Idec)

Brena Andrade (Instituto Sou da Paz)

Morgana Damásio (Conectas Direitos Humanos)

Niassa Jamena Conceição e Silva (Conectas Direitos Humanos)

Renata Busch (World Animal Protection Brasil)

Vinícius Braga (Oxfam Brasil)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Talita Aquino

Apoio:

Fair Finance International

Oxfam Novib

SIDA - Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional



SWEDISH INTERNATIONAL
DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY

This report has been co-financed by the Swedish international development agency, Sida. Responsibility for the content lies entirely with the creator. Sida does not necessarily share the expressed views and interpretations.

| 1. INTRODUÇÃO |

A **10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR)** é lançada em um momento em que não só o país, mas o mundo todo enfrenta desafios socioambientais cada vez mais urgentes. Por aqui, as queimadas e o desmatamento dos nossos biomas para o avanço da agropecuária, aliados à violência contra a população negra e os povos indígenas causada por setores produtivos como o da mineração, são as principais causas da emergência climática¹, responsável por tragédias como as enchentes que aconteceram este ano no Rio Grande do Sul e vitimaram, sobretudo, a população historicamente vulnerabilizada².

Para enfrentar o contexto de múltiplas crises³ que vivemos, precisamos contar com agentes-chave: as instituições finan-

ceiras e os órgãos que regulam este setor. Isto porque são as decisões dessas instituições sobre os seus financiamentos e investimentos que viabilizam a atividade econômica no país, podendo contribuir (ou não) para a superação dos desafios da atualidade.

E como será que andam os compromissos socioambientais, climáticos e sobre temas como direitos humanos, armas e bem-estar animal assumidos pelas oito maiores instituições financeiras que operam no Brasil? É esta a avaliação que apresentamos na 10ª edição do GBR.

Boa leitura!

1 De acordo com o estudo da SEEG, o desmatamento causado pelas mudanças de uso da terra, e que contribuem para a devastação de biomas brasileiros corresponde a 1,12 bilhão de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO₂ e), ou 48% de emissões totais nacionais em 2023, apenas o setor do agropecuária corresponde a 27% das emissões brutas do país. <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/02/SEEG11-RELATORIO-ANALITICO.pdf>

2 O estudo da Rede Mundial de Atribuição (WWA, na sigla em inglês) aponta a falta de investimento público e manutenção do sistema de contenção de enchentes no Estado como um dos principais motivos da grande dimensão do desastre, agravado pela desigualdade social na falta de infraestrutura adaptada para um cenário de crise climática voltado para a população vulnerabilizada. Ainda, de acordo com dados da Funai, 70% dos territórios indígenas e mais de 8 mil famílias foram afetados pelas enchentes. A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) informou que das sete mil famílias quilombolas do RS, aproximadamente 850 famílias foram atingidas diretamente e cerca de 1300 indiretamente. <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-made-the-floods-in-southern-brazil-twice-as-likely/>

3 Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, as guerras e os conflitos, e a persistência da COVID 19 agravam a pobreza e a desigualdade, contribuindo para a fome e a insegurança alimentar. <https://www.undp.org/policy-centre/governance/events/how-can-we-emerge-stronger-todays-multiple-crises>

| 2. O GBR |

O **Guia dos Bancos Responsáveis** é um projeto coordenado pelo **Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)** em coalizão com outras quatro organizações da sociedade civil brasileira: a **Conectas Direitos Humanos**, o **Instituto Sou da Paz**, a **Oxfam Brasil** e a **Proteção Animal Mundial**.

A iniciativa faz parte da Fair Finance International (FFI), uma rede de entidades civis de diferentes partes do mundo que atua pela transformação dos sistemas financeiros globais e está presente em 24 países: Bangladesh, Bélgica, Bolívia, Brasil, Camboja, Colômbia, Alemanha, Gana, Índia, Indonésia, Japão, Laos PDR, Holanda, Nigéria, Noruega, Paquistão, Peru, África do Sul, Moçambique, Suécia, Tailândia, Filipinas, Uganda e Vietnã.

É a rede da FFI, conjuntamente com a Profundo, uma consultoria de sustentabilidade sediada nos Países Baixos, que desenvolve a metodologia aplicada pelo GBR. As instituições financeiras também são convidadas e incentivadas a contribuir com o seu aprimoramento. Esta edição do GBR utilizou [a versão mais recente da metodologia](#), publicada em 2023.

Partimos do princípio de que, antes de decidir investir dinheiro em determinado projeto, o banco deve fazer uma avaliação rigorosa dos riscos que aquele financiamento representa para as pessoas e para a natureza que podem ser afetadas por ele - e não para o investimento em si.

Para contribuir com o debate, além da avaliação das políticas de responsabilidade dos bancos brasileiros, publicada a cada dois anos, produzimos estudos de caso para verificar como e se esses compromissos estão sendo aplicados na prática e lutamos para que os agentes regulatórios imponham regras mais rigorosas às instituições financeiras.

Também informamos e sensibilizamos as pessoas consumidoras sobre a relação entre os serviços financeiros que consomem - por exemplo, contas correntes, poupanças e investimentos - e o uso que os bancos fazem com os seus recursos. E você, sabe para onde vai o seu dinheiro?

Pra onde vai o seu dinheiro?

Achou que o dinheiro que você lutou pra juntar ficava guardadinho no banco?
Não é bem isso que acontece, acompanha as setas!

SEU DINHEIRO NA POUPANÇA



Você coloca seu dinheiro na poupança



Seu dinheiro começa a render (mas porque?)

A poupança é a forma mais segura de investimento. Uma parte do dinheiro que você está colocando na poupança é “emprestada” a algum financiamento imobiliário e a outra parte a qualquer tipo de financiamento que o banco decidir (mas qual?)

SEU DINHEIRO EM INVESTIMENTOS



Você decide investir para ter um rendimento maior que a poupança



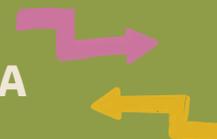
Escolhe um fundo de investimento ofertado pelo banco

Este recurso investido irá para uma empresa que pode estar violando direitos humanos, sociais e ambientais (mas quais?)



Não há transparência sobre as empresas na carteira dos bancos. Seu dinheiro pode estar investindo em empresas condenadas por trabalho escravo.

SEU DINHEIRO PARADO EM CONTA CORRENTE



Você abre uma conta num banco que possibilita o rendimento do dinheiro na conta corrente



Este rendimento significa que o banco te paga para emprestar seu dinheiro para outros por uma taxa muito maior

Seu dinheiro pode estar financiando empresas que cometem desmatamento ilegal, por exemplo.

Questionar os bancos e pedir por mais transparência é seu direito. Desta forma, todos poderão ter certeza que seu dinheiro não contribui com atividades que vão na contramão do que acreditam ser correto.

| 3. RESULTADOS DA PESQUISA: panorama geral dos bancos e temas avaliados |

Nesta seção, apresentamos brevemente os resultados gerais da 10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR). Assim como na edição anterior, foram avaliadas as oito maiores instituições financeiras que operam no país e que, juntas, concentram 71,7% dos ativos do sistema bancário brasileiro⁴. São elas: Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Safra e Santander Brasil.

A avaliação se debruçou sobre 18 temas:



- Bem-estar animal
- Mudanças Climáticas
- Corrupção
- Igualdade de Gênero
- Direitos Humanos
- Direitos Trabalhistas
- Meio Ambiente
- Impostos
- Armas
- Alimentos
- Florestas
- Mineração
- Óleo e Gás
- Geração de energia
- Proteção ao Consumidor
- Inclusão Financeira
- Remuneração
- Transparência e Prestação de Contas

⁴ Informação disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#>

Nesta edição do GBR, a média geral dos oito bancos avaliados ficou em **3,3**. O resultado apresenta uma queda em relação à edição anterior, quando a média geral ficou em 3,8. Agora, com exceção do Banco do Brasil, todos os bancos tiveram as suas notas diminuídas. A piora no desempenho é reflexo, principalmente, da retirada dos pontos automáticos de legislação que foram concedidos até 2022, trata-se de uma recomendação da metodologia aplicada, que sugere que os pontos de legislação sejam utilizados apenas quando o respeito às leis é bem consolidado - o que não é o caso do Brasil e dos bancos que aqui operam, apontando para a urgência da incorporação de critérios mais rigorosos em matéria socioambiental e climática nas políticas (e práticas!) das instituições financeiras.

Vamos então ao ranking geral por bancos:

	Ranking dos Bancos 2024		Variação	2022
1º	BNDDES	5,1	-0,1	5,2
2º	Banco do Brasil	3,8	0,11	3,7
3º	Itaú	3,6	-0,5	4,1
4º	Santander	3,3	-0,6	3,9
5º	Caixa Econômica	2,9	-0,5	3,4
6º	Bradesco	2,9	-0,8	3,7
7º	BTG Pactual	2,5	-0,6	3,1
8º	Safra	2,4	-1,0	3,4
	Média total	3,3	-0,5	3,8

E por temas:

Ranking dos Temas			Variação	2022
Inclusão Financeira	7,4	1º	-0,08	7,5
Proteção ao Consumidor	7,4	2º	0,42	7,0
Corrupção	5,0	3º	-0,21	5,3
Direitos Trabalhistas	4,9	4º	-1,11	6,0
Direitos Humanos	4,8	5º	-0,14	5,0
Igualdade de Gênero	3,8	6º	0,26	3,5
Transparência e Prestação de Contas	3,5	7º	-0,67	4,2
Meio Ambiente	3,5	8º	-1,75	5,3
Mudanças Climáticas	3,0	9º	0,55	2,4
Remuneração	2,9	10º	0,51	2,4
Florestas	2,4	11º	-1,02	3,4
Armas	2,3	12º	0,31	2,0
Mineração	2,1	13º	-1,31	3,4
Óleo e Gás	2,0	14º	-1,27	3,3
Geração de energia	2,0	15º	-1,08	3,1
Impostos	2,0	16º	-0,20	2,2
Alimentos	0,7	17º	-2,30	3,0
Bem-estar animal	0,2	18º	0,18	0,0
Média	3,3		-0,5	3,8

Assim como nas edições anteriores, o desempenho das instituições financeiras nos temas avaliados é bastante diversificado: em alguns casos a pontuação é extremamente baixa, enquanto em outros as notas atingem patamares razoáveis. Por exemplo, observamos que os temas operacionais, que se

referem às ações internas do banco, e aqueles relacionados à conformidade, como os trabalhistas e de direitos humanos, recebem notas mais altas. Isso se deve, sobretudo, às consequências legais que podem ser impostas caso não sejam respeitados e garantidos os direitos sociais previstos em lei, que devem ser explicitados também nas políticas dos bancos.

As notas apresentam baixo desempenho: mais de 70% dos temas têm notas variando entre 0 e 4 pontos, o que indica que as instituições financeiras precisam implementar medidas urgentes para melhorar suas políticas. Com relação à avaliação anterior, apenas seis temas apresentaram melhorias significativas em suas médias: Proteção ao Consumidor, Igualdade de Gênero, Mudanças Climáticas, Remuneração, Armas e Bem-Estar Animal.

Sobre este último tema, esta é a primeira vez que Bem-Estar Animal é pontuado, ainda que de forma incipiente, graças à adoção de medidas pelo Banco BTG, que se comprometeu a avaliar as práticas de manejo responsável do animal: instalações e dieta apropriada, redução do estresse, condições higiênicas e prevenção de doenças.

No mesmo sentido, o tema de Mudanças Climáticas, que analisa as estratégias dos bancos para a transição para uma economia de baixo carbono, é outro destaque da edição.

A última atualização da metodologia incluiu treze novos elementos sobre fontes não renováveis de energia. A maioria dos bancos pontuou nesses novos elementos por adotar políticas de exclusão e estratégias de descontinuação gradual, com prazo até 2050, para o financiamento de projetos e empresas envolvidos na mineração, exploração e desenvolvimento de minas de carvão mineral, na geração de energia a partir do carvão térmico, bem como na extração de petróleo e gás não convencionais. No entanto, suas carteiras de investimento não contam com as mesmas garantias de seus empréstimos e financiamentos. Essas ações são essenciais para a adoção de energias renováveis que deverão diminuir os impactos negativos causados, por exemplo, pela queima do petróleo que contribui para o aquecimento global.

No tema de Armas, mais bancos pontuaram, apesar de quatro deles ainda zerarem. Pontuam, frequentemente, por serem contra a produção e comercialização de armas de destruição em massa, como as nucleares, biológicas e químicas. No entanto, os bancos ainda falham em abordar adequadamente questões como a avaliação do possível uso de armas e o risco evidente de que elas sejam utilizadas para graves violações dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário. Além disso, muitos bancos não consideram o fornecimento de bens militares a países com in-

dícios de corrupção sistemática. Desde 2022 o Banco Safra se destaca como exemplo aos outros avaliados, na medida em que se comprometeu explicitamente com todos esses aspectos em suas políticas.

Na área dos Direitos Humanos, os bancos mantêm o mesmo padrão das antigas avaliações: o respeito aos direitos humanos como descritos nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos são garantidos em suas operações internas. No entanto, o problema surge, por exemplo, na falta de garantias de que as empresas financiadas ou investidas sigam práticas que respeitem princípios fundamentais, como a aplicação do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) a povos indígenas e comunidades tradicionais. Este é um instrumento essencial para proteger o direito à terra dos povos originários, permitindo-lhes exercer autodeterminação em relação a decisões governamentais ou empresariais que impactam seus territórios, conforme seus usos, costumes e tradições. A ausência de políticas claras que exijam a aplicação do CLPI pode ser determinante para a violação dos direitos desses povos.

Por fim, destaca-se que, embora tanto as políticas de crédito quanto as de financiamento de projetos apresentem fragilidades, o cenário é ainda mais preocupante nas carteiras de investimento, que possuem pouquíssimas diretrizes.

Enquanto os compromissos em relação ao crédito tendem a ser mais rigorosos, as carteiras de investimento carecem de políticas, tornando sua gestão mais negligente.



| CONSIDERAÇÕES FINAIS |

A **10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis** evidencia que os oito maiores bancos que operam no país ainda têm muito para avançar em termos de compromissos socioambientais e climáticos.

A retirada dos pontos automáticos de legislação significou uma diminuição na nota de todos os bancos avaliados, com exceção do Banco do Brasil. Isso não significa que as instituições tenham reduzido os seus compromissos, mas sim que falham em explicitar diretrizes básicas que, embora estejam previstas em lei, deveriam ser reforçadas em suas políticas.

O aumento de nota do Banco do Brasil demonstra que a adoção de políticas mais rigorosas, que visam minimizar impactos socioambientais, é fundamental para garantir uma avaliação positiva. No entanto, apesar dessa melhoria, suas políticas ainda apresentam lacunas significativas, especialmente no que se refere à transparência e à gestão de investimentos.

Essa falta de compromissos relacionados à gestão de investimentos é uma característica comum a todos os bancos avaliados, indicando uma carência de políticas que orientem a aplicação de recursos de forma responsável.

Assim como na última avaliação, reforçamos novamente a recomendação que todos os bancos avaliem se as empresas financiadas ou investidas possuem políticas de responsabilidade ambiental, social e de governança que contemplem toda a cadeia de fornecedores ligadas a elas. A importância de uma política que assegure que cláusulas socioambientais sejam aplicadas a fornecedores de empresas financiadas e investidas repousa na tentativa de garantir que as cadeias de fornecimento se mantenham livres de quaisquer violações.

Ainda que quase a totalidade das notas tenha baixado, é importante ressaltar que grande parte dos bancos brasileiros têm adotado medidas de desinvestimento no setor de combustíveis fósseis, causador de danos não só ao meio

ambiente mas também à saúde humana. Banco do Brasil, Santander, Itaú, Bradesco e BNDES se destacam com políticas de exclusão e estratégias de phase out gradual de financiamentos. Contudo, ainda faltam políticas voltadas a sua carteira de investimentos próprios e de terceiros.

Em suma, a avaliação de 2024 destaca a **necessidade de um compromisso renovado e efetivo das instituições financeiras brasileiras com as questões socioambientais e climáticas**. O cenário atual geral indica um distanciamento preocupante em relação às expectativas da sociedade civil e às urgências impostas pela emergência climática e demais crises socioambientais que enfrentamos, apontando para a necessidade da incorporação de compromissos e diretrizes mais rigorosas por parte dos bancos.



GuiaDosBancos® Responsáveis

NOVEMBRO/2024

Apoio:



Realização:

